

Ministério do Trabalho e Previdência Social

Secretaria de Inspeção do Trabalho

Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho

Coordenação-Geral de Normatização e Programas

COMISSÃO NACIONAL TRIPARTITE TEMÁTICA - CNTT

da

NORMA REGULAMENTADORA N.º 36

ATA DA 4ª REUNIÃO

Local: **Belo Horizonte/MG**

Data: **3 de dezembro de 2015**

PARTICIPANTES:

Governo: Romulo Machado e Silva (DSST/SIT); Mauro Marques Muller (SRTE/RS); Renata Matsmoto (SRTE/SP); Christianne Andrade Rocha (DSST/SIT); Roberto Mendes (SRTE/GO); June Rezende (SRTE/PR), Maria Muccillo (FUNDACENTRO);

Trabalhadores: Siderlei Silva de Oliveira (CUT); Roberto Ruiz (CUT); Adir de Souza (CGT); Célio Elias (CUT);

Empregadores: Ricardo Gouvea (CNI); Moacir Cerigueli (CNI); Márcia Ricci Oliveira Jacob (CNI); Cristiane Scarpelli de Almeida (FIEMG);

Observador: Heiler Ivens de Souza Natali (MPT).

ASSUNTOS TRATADOS:

1. Necessidade de autorização prévia do MTPS para se efetuar compensação de jornada (compensação vs. prorrogação).

Siderlei de Oliveira, coordenador da bancada dos trabalhadores, informou que os trabalhadores querem a compensação, pois desse modo não precisam trabalhar no sábado. Relatou que o sindicato tem recebido pressão dos trabalhadores que colocam a ‘culpa’ de não poder compensar na NR. “Essa compensação de sábado, de 48 minutos, é favorável para a saúde dos trabalhadores pois fica um dia a mais com a família”. Cita que esta compensação está prevista nos acordos coletivos e que deveria poder acontecer sem a realização de jornada extra além das 8h48. “Não poder compensar seria um prejuízo muito grande para os trabalhadores”.

Ricardo Gouvea, coordenador da bancada empresarial, informou que as empresas entendem que existe a possibilidade de realizar a compensação da jornada, desde que previsto em Acordo Coletivo de Trabalho, sem autorização prévia do MTPS. Citam entender que se trata de dois institutos jurídicos de natureza distinta. Reforçou que este não é um problema gerado pela NR, mas sim pela interpretação jurídica do tema.

Por parte do governo, o AFT Mauro Muller citou que entende que é necessária a autorização do MTE para a realização de compensação de jornada por força do Art. 60 da CLT, uma vez que o referido artigo trata de quaisquer prorrogações. Acrescentou que a necessidade legal da autorização decorre da existência de agentes estressores (insalubres), que torna imperativa a inspeção do MTE para avaliar o ambiente laboral.

Representante dos trabalhadores disse que “na cabeça dos trabalhadores é muito melhor ter o sábado, é uma questão de saúde mental e cultura.”.

O representante do MPT relatou que o TST e o judiciário trabalhista tem se posicionado no sentido de ser necessária a autorização do MTPS para compensar a jornada.

Representante dos empregadores citou que os 60 minutos de pausa para a jornada de 8h48 já reduzem o tempo de exposição para menos de 8h, reforçando o argumento de que não seria necessária a inspeção prévia.

Nesse cenário, considerando que há um debate jurídico sobre a questão, não tendo o fato relação com a NR-36, ficou encaminhado que a CGNOR/DSST/SIT irá fazer uma consulta à CONJUR - Consultoria Jurídica do MTPS sobre o tema.

2. Subcomissão de máquinas da NR-36

Foi feito um breve histórico da constituição da subcomissão e do trabalho realizado. Após a última reunião da subcomissão, os empregadores informaram que submeteram as propostas de regulamentação das máquinas (descoureadeiras automática e aberta, e de repasse de moela) as suas bases, tendo encaminhado a proposta empresarial no dia anterior a reunião da CNTT. Citaram que as duas primeiras máquinas não tiveram alterações significativas, sendo necessários apenas alguns ajustes. Em relação à máquina de repasse de moela, citaram que não haveria tecnologia no momento que garantisse a solução; acrescentaram que não há fornecedores para substituir todas as máquinas em uso; Propõem, em síntese, que a máquina de repasse de moela atualmente utilizada continue em uso com os ajustes transitórios propostos na reunião da subcomissão realizada em Porto Alegre.

Os trabalhadores citaram que é necessário se fazer um trabalho para acabar com as mutilações.

A bancada de governo citou que já existem soluções adequadas; que estas inclusive foram apresentadas no âmbito da subcomissão de máquinas; e que o que se propôs não era a substituição de todas as máquinas, mas sim a adequação das mesmas, de modo que o trabalhador não tenha contato com a zona de perigo da máquina.

A bancada de empregadores solicitou prazo para novas tratativas com as empresas do setor tendo em vista possível erro de entendimento no texto acordado pela subcomissão de máquinas no tocante à máquina de repasse de moela. Relatou-se que as empresas haviam entendido que o texto trabalhado exigia a substituição de todas as máquinas ao final do prazo estabelecido.

A bancada de governo lembrou que, mesmo com a restrição orçamentária enfrentada ao longo do ano, a agenda de discussões da subcomissão de máquinas foi preservada por envolver temas considerados prioritários. Contudo, é necessário o empenho das partes para que os resultados das discussões sejam efetivos e deem resultado.

A bancada de trabalhadores destacou que deveria haver maior empenho da bancada empresarial na aprovação do anexo de máquinas tendo em vista que as máquinas nas condições atuais provocam acidentes, que geram afastamentos muitas vezes inferiores a 30 dias, sendo que, pela legislação atual, são as próprias empresas que arcam com os 30 primeiros dias do afastamento.

Ricardo ressaltou que a bancada de empregadores deseja a evolução da norma e que o prazo solicitado é necessário para conversar com as empresas a fim de esclarecer o equívoco no entendimento do texto do anexo.

Mauro lembrou que a proposta foi bem discutida na subcomissão, tendo sido aceita inclusive pelos profissionais de segurança dos empregadores.

Restou encaminhado que a bancada de empregadores se pronunciará até o dia 18/12 acerca da proposta de texto da máquina de repasse de moela, apresentada pela subcomissão. Quanto aos textos das máquinas de descoureamento (automática e aberta), serão finalizados na próxima reunião da subcomissão de máquinas, realizada na tarde do dia 03/12/2015.

3. Pausa Psicofisiológica

Romulo salientou ser necessário esclarecimento quanto à realização de pausas psicofisiológicas, previstas no item 36.13.2 da NR-36, tendo em vista polêmica quanto à sua aplicação suscitada durante o Seminário de Apresentação da NR-36, realizado no dia 02/12/2015. Enfatizou

que a norma é clara ao estabelecer que as pausas psicofisiológicas são necessárias nas atividades com repetitividade e/ou sobrecarga muscular estática ou dinâmica, realizadas ao longo de todo o processo produtivo. Concluiu que não se aplicam àquelas atividades que não demandam repetitividade e/ou sobrecarga muscular estática ou dinâmica. Destacou ainda que, conforme exposto pelo Mauro, no Seminário do dia anterior, em tese, as pausas psicofisiológicas não se aplicam aos trabalhadores dos setores administrativos, de manutenção, da sala de máquinas e da caldeira.

A bancada empresarial manifestou-se contrária à obrigatoriedade do registro individualizado das pausas, visto que a NR-36 não prevê tal registro, corroborado pelo Art. 74 da CLT.

As bancadas do governo e dos trabalhadores manifestaram que não há consenso sobre o tema, que deverá ser novamente discutido e aprofundado pela comissão tripartite.

4. Planejamento da CNTT para 2016

Romulo questionou se os seminários deveriam permanecer no mesmo molde utilizado ao longo de 2015. Siderlei relatou que o formato dos seminários está bom, que deu certo e que o próximo deveria ser realizado em Mato Grosso. Roberto da bancada de trabalhadores disse que o formato deveria ser repensado, sugerindo a formação de núcleos de reprodução regional. Mauro relatou que o formato generalista/introdutório já está esgotado e que, se a ideia for manter os seminários para o próximo ano, a temática deve ser revista de forma a não mais se abordarem temas gerais, mas sim tópicos e temas mais específicos. Márcia destacou também ser necessário destinar tempo para maior participação da plateia, tendo sido esse, inclusive, um ponto negativo relatado pelos participantes no seminário de 02/12/2015. June avaliou que o formato atual funciona bem por que auxilia a própria SRTE do local, mas que também seria interessante estruturar os próximos seminários por temas considerados mais importantes para os participantes da região onde se realiza o evento. Destacou ainda ser importante abrir espaço nos seminários para boas práticas. Moacir concordou com a saturação do modelo atual, entendendo também ser necessário abordar aspectos de maior importância para a plateia. Maria Muccillo entendeu ser importante dar mais espaço à plenária, sendo necessário fazer pesquisa do que é mais necessário, coletar dados para determinar a melhor temática a ser abordada. Sugeriu que o início do seminário tenha um caráter mais geral, com menor duração, e que, posteriormente, diversos subtemas fossem abordados em grupos de discussão simultâneos. Por um lado, isso facilitaria o debate e a participação dos inscritos, mas, por outro, demandaria uma infraestrutura diferenciada.

Restou encaminhado que os seminários de 2016 terão o seguinte formato: Pela manhã, explanação geral da norma; apresentação dos gargalos e avanços na sua implementação e espaço para perguntas. Pela tarde, apresentação sobre amônia, a ser realizada pela bancada de governo, seguida de debate tripartite com base em perguntas oriundas da plateia e em questões a serem levantadas pelos próprios debatedores.

Foram acordadas as datas de realização dos seminários e reuniões da CNTT em 2016, da seguinte forma:

- ✓ 12 e 13/04 em Cuiabá/MT, sendo Siderlei responsável pelas instalações;
- ✓ 28 e 29/06 em Porto Velho/RO, sendo a CNI responsável pelas instalações;
- ✓ 08 e 09/11 em Chapecó/SC, sendo Roberto da bancada de trabalhadores encarregado das instalações.

Obs: a data da reunião de Porto Velho foi alterada posteriormente para os dias 22 e 23 de junho.

5. Ata da 3ª reunião da CNTT da NR-36

Promovidas as alterações solicitadas, a ata da 3ª Reunião da CNTT NR-36 foi aprovada.

6. Outros assuntos

Célio informou que, conforme inclusive mostrado no seminário do dia 02/12/2015, há diversos relatos de que, durante as pausas psicofisiológicas, os trabalhadores não tem espaços adequados, sendo que muitas vezes dormem sobre máquinas ou ficam de pé encostados na parede, uma vez que de acordo com a norma não é obrigatória a saída do setor de trabalho, mas apenas do posto de trabalho. Sugere então que se passe a exigir a saída dos trabalhadores do setor de trabalho também nas folgas psicofisiológicas de forma a se garantir a fruição de pausas de qualidade e em local adequado. Citou que seria necessário discutir a qualidade das pausas. Moacir argumentou da dificuldade em se estabelecer essa regra uma vez que sair do setor de trabalho envolve outras questões como higienização. Citou que os empregadores iriam reforçar junto às empresas essa questão, mas que entende que a resolução dessa questão deve ser aplicada caso a caso. Roberto Mendes lembrou que a NR-17 já estabelece a obrigatoriedade de conforto na fruição de pausas. Romulo informou que, a princípio, parece se tratar de questão que demanda resolução específica para cada situação, mas que, em razão do horário adiantado, se a bancada de trabalhadores entendesse necessário, o tema poderia ser abordado na próxima reunião.